

INTERVENÇÃO COM HOMENS QUE PRATICAM VIOLÊNCIA CONTRA SEUS CÔNJUGES: REFORMULAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO CONSTRUTIVISTA-NARRATIVISTA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

INTERVENTION WITH MEN WHO EXERCISE VIOLENCE AGAINST INTIMATE PARTNER: RE-CONCEPTUALIZATION FOR A PROPOSED THEORY OF CONSTRUCTIVE-NARRATIVE ENGAGEMENT AND GENDER PERSPECTIVE

RESUMO: Este artigo constitui-se em uma reflexão teórico-prática e crítica realizada a partir da própria experiência em psicoterapia com homens que praticaram violência contra seus cônjuges. Tal reflexão indaga sobre os pressupostos tácitos contidos nos modelos dominantes de intervenção com homens que exercem violência no casal. Serão explicitadas e discutidas as formulações conceituais contidas em tais pressupostos para: a) a violência contra o cônjuge; b) as considerações sobre o ser humano e suas possibilidades de mudança; c) o lugar do/a facilitador/a, psicoterapeuta ou educador/a; e d) a formulação conceitual que se tem sobre dois tópicos transversais relacionados: a identidade e o gênero. Como conclusão, serão sinalizados alguns apontamentos relevantes no estabelecimento de um marco Construtivista-Narrativista (Construtivista e Socioconstrucionista), com perspectiva de gênero (CNPG) centralizado nos processos e fortalezas humanas para a compreensão, interpretação e intervenção neste problema psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Violência, Gênero, Masculinidade, Identidade, Programas de intervenção com homens.

ABSTRACT: This article is a critical reflection about the theoretical assumptions inside the dominant models of intervention with men who perpetrate violence against their intimate partners. The following topics will be discussed from a theoretical and practical reflection: a) Intimate Partner Violence, b) Human Beings and their possibilities of change, c) Positioning of the facilitator, psychotherapist or educator, d) Conceptualization about two related cross-cutting themes: Identity and Gender. The conclusion offers some relevant notes to be used to understand, interpret and intervene on psychological problems from a constructive-narrative (constructivist and social constructionist), with gender perspective and focused on processes and human strengths perspective.

KEYWORDS: Violence, Gender, Masculinity, Identity, Intervention programs with men.

ÁLVARO PONCE ANTEZANA

Psicólogo-psicoterapeuta clínico e social na Associació Conexus. Atenció, Formació i Investigació Psicosocials, candidato a doutor pela Universitat Autònoma de Barcelona (UAB) no programa de Doutorado em Psicologia Social. Mestre em pesquisa social e diplomado em estudos avançados em pesquisa social pela UAB, e mestre em terapia cognitivo-social pela Universidad de Barcelona (UB). Colaborador do grupo "Des-subjectants" de estudos sociais de sujeição e subjetividade no Departamento de Psicologia Social da UAB.

Email: alvaroponce@conexus.cat

Recebido em 06/12/2011.

Aprovado em 21/01/2012.

Tradução de

LUCIANA MORETTI

A violência de gênero no casal é um problema psicossocial grave e complexo, definido como um tipo específico de violência que afeta principalmente as mulheres pelo simples fato de serem mulheres, como definido pela Organização das Nações Unidas (UN Declaration on the Elimination of Violence Against Women, 1993 – Declaração das Nações Unidas para a Eliminação da Violência contra a Mulher) e na Ley Integral 1/2004 de Medidas de Protección Integral contra la Violencia de Género (Lei integral 1/2004 de Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero) da Espanha.

Na Espanha, as estatísticas relacionadas a problema psicossocial são trágicas. Somente em 2011 foram registrados 55 assassinatos de mulheres até a presente data, e entre 2003 e 2010 foram contabilizadas 566 vítimas*. Um estudo de amplo alcance realizado em 2006** revela que ao menos dois milhões de homens exercem algum tipo de violência contra seus cônjuges atuais ou ex-cônjuges. Estudos populacionais de âmbito mundial assinalam que de 10% a 70% das mulheres informam ter sido fisicamente agredidas por cônjuge masculino em algum momento das suas vidas (Heise, Ellsberg & Gottemoeller, 1999 apud Bott, Morrison & Ellsberg, 2005). Esses dados refletem que a violência de gênero no casal constitui-se num problema psicossocial grave, vigente e ainda não superado na nossa sociedade, apesar dos esforços políticos, econômicos, sociais, acadêmicos e jurídicos desdobrados para seu combate. Paradoxalmente, essa “realidade” resulta ainda dissonante e contraditória para a grande maioria das pessoas. Talvez isso se deva a que, em tempos de “igualdade”, o avanço rápido das tecnologias da informação e da comunicação, a globalização e a democratização das relações sociais dissimulem a existência de realidades dramáticas de desigualdade entre homens e mulheres, enquadrando esses problemas de iniquidade como algo que pertence ao passado, algo que já foi superado (Pujal & García-Dauder, 2010). Essa situação, que também ressoa na academia, pressupõe a existência, na atualidade, de diferentes perspectivas acadêmicas e teóricas sobre a consideração e apreciação do problema. Por essa razão, existe no seio da disciplina um debate polarizado e aquecido, assim como um dissenso sobre os elementos teóricos suficientes e necessários, básicos

para explicar o problema da violência no casal (Lehmann & Simmons, 2009). Essas polaridades teóricas logo são traduzidas em diferentes enfoques ou perspectivas de intervenção que enfatizam mais ou menos uns ou outros aspectos do problema. Por essa razão, rever inicialmente a história da criação dos primeiros programas pode ser útil para, depois, compreender e desconstruir os pressupostos tácitos adotados na perspectiva hegemônica de intervenção.

Os primeiros programas de intervenção para homens que maltratam seus cônjuges foram criados nos EUA nos finais dos anos 1970, quando o movimento feminista trouxe à luz a violência contra as mulheres como um problema social e foram criados os primeiros serviços de apoio para elas (Mederos, 2002). O primeiro programa de intervenção para homens que maltratam foi criado em 1977 em Boston por uma comunidade de homens pró-feministas (Emerge), que ofereceram trabalho em grupo para homens que praticavam violência com o objetivo de deter seu uso (Creazzo, 2009). Em 1981, em Duluth, Minnesota, foi desenvolvido o Domestic Abuse Intervention Project (Projeto para Intervenção no Abuso Doméstico - DAIP), um modelo de intervenção para homens agressores, cujo objetivo era melhorar a segurança das vítimas e destacar a responsabilidade dos homens, uma vez que o programa foi desenvolvido conjuntamente com o sistema judicial. Atualmente, o “modelo Duluth” é referência mundial para este tipo de intervenção (Râkil, Isdal & Rangul, 2009; Lehmann & Simmons, 2009; Mederos, 2002). Em meados da década de 1980, os programas estenderam-se para o resto da América do Norte, Europa, Austrália e América Latina. Na Espanha, no País Basco, no começo dos

* Relatório sobre vítimas fatais por violência de gênero do Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad, 28 de novembro de 2011.

** 3ª macropesquisa sobre a violência contra a mulher, 2006.

anos 1990, foram iniciadas as primeiras experiências com este tipo de intervenção. Em meados dos anos 1990, os programas de intervenção para homens que praticam violência nos EUA, inicialmente voluntários, foram se vinculando cada vez mais ao sistema judicial que, naquele momento, começou a sancionar mais sistematicamente a violência de gênero e a condenar um número maior de homens a participar de tais programas. Isto representou a expansão e criação de um número maior de programas de intervenção para atender a esses homens condenados. Atualmente, com o início da vigência da Lei integral de violência de gênero em 2004, encontramos na Espanha uma situação semelhante.

Desta forma, e diante das condições de: a) aumento do número de programas de intervenção para homens que exercem violência no casal, e b) presença de diferentes perspectivas teóricas explicativas e interpretativas do problema, consideramos necessário rever de que perspectivas o problema da violência no casal é apreciado e definido uma vez que, dependendo da perspectiva epistemológica e paradigmática adotada, serão incluídos ou excluídos determinados níveis explicativos e determinados tópicos conceituais significativos. Isso acarretará consequências teóricas e práticas importantes para as intervenções que serão desenvolvidas.

Sendo assim, refletir sobre os pressupostos teóricos tácitos dos programas dominantes de intervenção para homens praticantes de violência no casal constitui um esforço por melhorar as intervenções e, consequentemente, suas capacidades de transformação. Afinal, os resultados de importantes estudos sobre a eficácia desses programas destacam que o efeito das intervenções dos modelos

prototípicos é modesto, e que não se observam diferenças significativas de efetividade entre os modelos que incluem a questão do gênero e os que não incluem (Babcock, Green e Robie, 2004; Gondolf, 2004; Creazzo, 2009; Råkil, Isdal & Rangul, 2009; Feder e Wilson, 2005 em Loinaz et al., 2011).

Para tal tarefa, serão analisados num primeiro momento o sentido de intervir com homens que praticam violência contra seus cônjuges para rever, posteriormente, os principais enfoques de intervenção destacando seus níveis explicativos e formulações conceituais sobre o problema para, finalmente, responder às seguintes perguntas: Quais são os pressupostos teóricos a partir dos quais é realizada a intervenção? E de que maneira tais pressupostos influenciam a interpretação do problema? As respostas obtidas para tais perguntas serão reconsideradas juntamente com elementos conceituais e tópicos fundamentais do problema, que denotarão a tensão existente entre os enfoques dominantes e hegemônicos, com as perspectivas de gênero. Diante disso será exposto conjuntamente um modelo de aproximação ao fenômeno, o modelo construtivista-narrativista com perspectiva de gênero (CNPG), como tentativa de criar pontes de interpretação do problema que possam diminuir a tensão teórica e prática mencionada, e que sirva de sustentação para uma maior harmonia e integração entre os diferentes níveis conceituais e práticos necessários para este tipo de intervenção.

POR QUE REALIZAR INTERVENÇÕES COM HOMENS QUE EXERCEM VIOLÊNCIA CONTRA SEUS CÔNJUGES?

Perguntar pelo sentido de realizar intervenções com homens que exercem violência contra seus cônjuges

representa um exercício complexo de equilíbrio entre os âmbitos judiciais, ético-morais, psicossociais, relacionais e emocionais. A tendência a experimentar indignação e reagir de maneira punitiva e com castigos a esses homens é habitual, especialmente diante do atestado do relato das vítimas. Isso dificulta grandemente a adoção de uma perspectiva compreensiva e interpretativa que busque a transformação psicossocial desses homens e seu problema sem justificar a violência que praticaram.

Assim, as intervenções com homens que exercem violência contra seus (ex)cônjuges continua sendo, ainda na atualidade, uma medida controversa em diferentes âmbitos, que não está isenta de detratores que criticam principalmente: a) destinar a tais fins (intervenção com homens) recursos econômicos que podem ser utilizados na recuperação das vítimas; b) a não imposição de medidas punitivas aos agressores e, ao invés disso, a imposição de medidas de ressocialização, reeducação ou tratamento; c) ao considerar que os homens que praticam violência não mudam, consideram que as intervenções com eles não são efetivas.

Não obstante, à margem dessas críticas que poderiam ter um sentido relativo, existem razões importantes para implementar tais programas de intervenção: a) as próprias mulheres que sofreram violência pedem por essas intervenções; b) para responsabilizar àqueles que perpetraram violência e erradicá-la; c) mulheres submetidas a violência não se separam de seus cônjuges ou, muitas vezes, voltam a viver com aqueles que as agrediam; d) necessidade de realizar intervenções com homens que, ainda que se separem, repetem seus padrões violentos com novos cônjuges; e) para romper a transmissão inter-gerações da violência a

filhos e filhas expostos a esses modelos relacionais. Outro aspecto mais geral, mas não menos importante, relacionado à intervenção com homens que maltratam, é que a transformação da identidade e da subjetividade de gênero das mulheres, quando não acompanhada de um mínimo de recursos de trabalho para transformar a masculinidade nos homens que praticam abusos, gerará um incremento ainda maior da distância subjetiva e social, e um estranhamento crítico entre as pessoas de gêneros diferentes, o que pode ter como efeito perverso a exacerbação da violência de gênero na convivência social que se pretende erradicar.

PRINCIPAIS MODELOS OU ENFOQUES DE INTERVENÇÃO COM HOMENS QUE EXERCEM VIOLÊNCIA NO CASAL:

A violência de gênero no casal, um problema complexo, multidimensional, multimodal e social e historicamente datado, é abordada desde diferentes práticas teóricas e interpretativas. Alguns dos principais modelos de intervenção com homens que praticam violência de gênero no casal são:

1) **modelo psicopatológico – distúrbios da personalidade:** esta perspectiva considera que o problema da violência no casal deve-se a um problema subjacente psicopatológico e de personalidade, e não a uma condição sociocultural de gênero, **ampliável a todos os homens**. Este enfoque, desenvolvido por psicólogos, considera que os homens que praticam violência **repetidamente** são portadores de distúrbios da personalidade (Dutton & Bodnar-chuk, 2005). Considera que os comportamentos de violência **são perpetrados** principalmente por homens que praticam maus-tratos de forma cíclica,

que comumente viveram no passado apegos de vínculo inseguros e sofreram ou testemunharam violência parental ao longo de seu desenvolvimento na infância. Todos estes aspectos repercutem no desenvolvimento de uma “personalidade abusadora”, que os faz ver, sentir e agir de maneira diferente à maioria dos homens em situações de conflito de casal. Este modelo de intervenção assume uma perspectiva clínica e psicoterapêutica ao levar em consideração dimensões como o apego, os sentimentos de vergonha e culpa, e as experiências traumáticas. Todas essas dimensões são consideradas partes integrais do tratamento dos homens com este problema (Dutton & Sonkin, 2003; Dutton & Bodnarchuk, 2005).

Esta perspectiva explica a violência no casal de forma isolada, sem levar em consideração a relação entre o indivíduo e seu contexto sociocultural.

2) enfoque psicoeducativo pró-feminista: esta perspectiva de intervenção favorável aos valores feministas propõe uma leitura de gênero sobre a violência, reposicionando o problema como uma questão tipicamente social, mais do que individual. Posiciona o problema da violência de gênero, especificamente, no âmbito das relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres. Sua abordagem baseia-se em estudos realizados com mulheres vítimas deste tipo de violência, que desvendam a existência de comportamentos de coerção e controle utilizados pelos homens que praticam violência. A intervenção mais conhecida é o modelo Duluth (Daip), desenvolvido a partir de uma perspectiva social e psicoeducativa por Pence e Paymar. Este enfoque evita os diagnósticos como os do DSM e não considera a intervenção como psicoterapia. Sua metodologia baseia-se na criação de grupos educa-

tivos, que utilizam como ferramenta fundamental a “roda de poder e controle”, que destaca que a violência exercida pelos homens é mais parte de um padrão de comportamento abusivo do que um incidente isolado (Pence & Paymar, 1993 apud Babcock, J.C., Green, C.E. & Robie, C. (2004)).

Este enfoque, baseado na filosofia educativa de Paulo Freire, considera que as pessoas são capazes de questionar de maneira crítica suas realidades diferenciando o natural daquilo que é culturalmente produzido. Portanto, os grupos educativos de homens propostos por este enfoque procuram modificar aspectos negativos do “si mesmo” resultantes de atividades culturais humanas, como a masculinidade hegemônica, resultado da cultura patriarcal que contém os valores e regras fundamentais necessários para “ser homem” (Connell, 1995), a violência e o poder e controle dos homens sobre seus cônjuges.

Inicialmente, o método educativo era desenvolvido através de perguntas reflexivas sem estabelecer nem assinalar “a verdade” a priori. Fruto do êxito, uso e difusão alcançados por esta abordagem, criou-se uma versão massiva e reducionista de seus princípios básicos, sucumbindo-o aos modelos educativos hegemônicos tradicionais e à adoção de princípios próprios da psicologia dominante (cognitivo-comportamental), afetando seus postulados fundamentais até o ponto de não ser possível distinguir, hoje, os princípios tácitos do modelo Duluth dos modelos cognitivo-comportamentais, com exceção dos princípios feministas com os quais comunga (Lehmann & Simmons, 2009).

Os primeiros programas criados nos EUA apresentavam um marcado desvio etnocentrista (raça branca, classe média americana), situação que representou dificuldades quando esses mesmos programas foram aplicados

em conjunto com as instituições judiciais. Como o público de destino mudou, uma vez que os homens enviados pelos juizados para esses programas eram provenientes de setores vulneráveis, com níveis socioeconômicos e/ou educacionais baixos e com baixas quotas de poder para enfrentar o aparelho judicial (população de imigrantes, hispânicos, asiáticos, afro-americanos etc.), as intervenções, da maneira como foram projetadas inicialmente, tiveram que enfrentar a inclusão da diversidade social e cultural nos programas mais convencionais.

3) enfoque cognitivo-comportamental: a perspectiva cognitivo-comportamental, desenvolvida por psicólogos, é uma alternativa aos modelos pró-feministas na modalidade de terapia em grupo para homens. A terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), diferentemente do modelo Duluth, considera a violência como um problema dos pensamentos, crenças e condutas das pessoas mais do que uma questão de poder e controle sobre o (ex)cônjuge. A ideia subjacente a esta abordagem parte do princípio de que a violência é funcional para aquele que a utiliza. Assim, um homem utilizará a violência contra seu cônjuge para diminuir a tensão, conseguir que a vítima satisfaça suas vontades e acabe com seu mal-estar, devolvendo à pessoa que exerce violência uma sensação de poder e controle sobre a situação. É por essa razão que a intervenção é dirigida aos pensamentos considerados “incorretos”, às **distorções cognitivas**, às habilidades de autocontrole emocional etc., dando prioridade, principalmente, à cognição e deixando de lado, muitas vezes, as experiências afetivas que acompanham tais pensamentos. A intervenção concentra-se, portanto, em modificar, mediante

técnicas tais como a reestruturação cognitiva, o confronto de ideias irracionais, ou com técnicas de controle da ira, as concepções incorretas da realidade, que se traduzem em déficits no autocontrole das emoções ou em baixas capacidades de negociação ou solução de conflitos.

Os programas exclusivamente cognitivo-comportamentais não incluem o gênero como tópico transversal e relevante para o problema, posicionando a questão no nível individual e desconectando-a do contexto sociocultural, concentrando-se no desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e comportamentais (Redondo & Echeburúa, 2010). Alguns grupos de TCC que não são estritamente “cognitivos” ou “comportamentais” incluem outros componentes e objetivos em suas intervenções, semelhantes ao modelo Duluth. Na atualidade, a distinção entre ambos os tipos de intervenção é bastante difícil (Babcock, Green & Robie, 2004).

4) enfoque construtivista-narrativista com perspectiva de gênero (CNPG): esta perspectiva está inscrita no marco epistemológico “construtivista” (Ponce, 2010), denominação que entrelaça as perspectivas socioconstrucionistas e construtivistas. Sob esta perspectiva, os seres humanos são considerados co-construtores proativos da realidade pessoal e social, assumindo-se que cada pessoa é uma construção única, dinâmica, complexa, multifacetada e intrinsecamente relacional, inserida em um contexto histórico e social específico (Geldschläger, Ginés & Ponce, 2011).

A perspectiva Narrativista-Construtivista com Perspectiva de Gênero (CNPG) reconhece a importância da aliança e da colaboração terapêutica próprias das aproximações psicoterapêuticas considerando, ao mesmo

tempo, o contexto sociocultural e político próprio dos enfoques pró-feministas e das teorias de gênero. Esta perspectiva tenta compreender o problema da subjetividade como encarnada no sujeito individual e em relação com os diferentes aspectos sociais e políticos de gênero, considerando continuamente a dialética entre o social e o individual, assumindo uma intersubjetividade radical.

Dessa forma, a dimensão do gênero é reinterpretada, sempre interseccional, ou seja, levam-se em consideração diferentes tipos de empoderamento, opressão e discriminação de acordo com diferentes dimensões como classe social, raça, nacionalidade etc. (Crenshaw, 1991), desde as quais se constitui a identidade e a práxis da masculinidade que sustenta uma identidade particular, afetada em maior ou menor medida pelo poder que a subjugava e ao mesmo tempo a constitui (Ponce, 2010). Assim, o gênero é compreendido como um dispositivo de poder, que configura e organiza a vida social e subjetiva dos indivíduos através de uma identidade normativa, encarnada de maneira subjetiva numa identidade pessoal e que é relatada numa identidade narrativa (Pujal, 2006; Pujal e Amigot, 2010; Ponce, 2010). Portanto, as formas de intervenção narrativistas e construtivistas consideram a condição social e política da violência, compreendendo que a **violência que os homens desenvolvem contra as mulheres** não é um fenômeno isolado que ocorre no interior da mente “errada” do indivíduo, mas sim uma questão social inserida numa subjetividade individual. Por isso procura desenvolver um marco de respeito e colaboração que permita estabelecer diálogo com os homens no que diz respeito às suas próprias experiências, vivências, sentimentos, significados e intenções através do Modelos de Convite

e práticas colaborativas (Jenkins 1990, 2009; Scott, 2009), e ao mesmo tempo desafiar as conformidades sociocontextuais próprias dos privilégios masculinos, procurando substituir os círculos viciosos superconformistas por círculos virtuosos e criativos.

Considerando-se a descrição e a classificação dos diferentes modelos antes expostos, é possível deduzir que ao menos em dois dos principais modelos a perspectiva adotada, explícita ou implicitamente, é a cognitivo-comportamental. Outras perspectivas minoritárias, tais como a psicodinâmica e a sistêmica, também existem (Babcock, Green e Robie, 2004; Gondolf, 2004; Lehmann & Simmons, 2009; Geldschläger et al., 2010).

A condição hegemônica da perspectiva cognitivo-comportamental poderia estar alicerçada na origem desses programas e nas vantagens práticas e metodológicas de sua adoção. Sabe-se que os primeiros programas de intervenção nasceram nos EUA, berço do desenvolvimento e expansão do comportamentalismo e do cognitivismo, de forma que não é estranho que o surgimento de programas principalmente de corte psicoeducativo subscrevam-se aos marcos teóricos de tais perspectivas e aos seus princípios epistemológicos. Por outro lado, no que diz respeito às vantagens que esta perspectiva representa, encontramos que, dado seu perfil mais positivista e cientificista, conta com maior contraste empírico e métodos que possibilitam a descrição, passo a passo, de suas intervenções, facilitando a criação de manuais, o que por sua vez facilita sua difusão na comunidade científica, profissional e leitora.

Apesar de tudo isso, a perspectiva cognitivo-comportamental apresenta inconvenientes e incompatibilidades

no âmbito teórico e, com menor evidência, no âmbito prático. É o caso, por exemplo, da tensão teórica que mantém com as **perspectivas de gênero**, devida às marcadas diferenças ideológicas já que tais perspectivas estão amparadas pelo modelo **cognitivo-comportamental** de corte positivista, cientificista e individualista, diferentemente das perspectivas de gênero, que são **fundamentalmente interdisciplinares**, interseccionais, não-positivistas e **não-colonizadoras**, mas **interpretativas**, sociais e históricas (Pujal e García-Dauder, 2010). Esta situação representa um **obstáculo na compreensão** do problema da violência de gênero, uma vez que situa a questão em terrenos ou lotes diferentes do conhecimento, que no caso das perspectivas de gênero, pertenceriam a territórios próprios das ciências humanas e sociais e, portanto, configurariam uma perspectiva eminentemente social do problema da violência de gênero, enquanto que as perspectivas cognitivistas posicionariam seu objeto de estudo no âmbito dos métodos próprios das ciências naturais, com estudos científicos e objetivos, inscrevendo o problema a enfoques mais naturalistas e individualistas. As implicações teóricas e práticas desta **tensão serão detalhadas** na próxima seção, dedicada às reformulações conceituais.

REFORMULAÇÕES CONCEITUAIS:

As reformulações conceituais enunciadas a seguir são tentativas de esboçar reflexões teóricas e práticas sobre assuntos centrais ao problema em questão. Para isso tentarei desdobrar um marco conceitual complexo e interseccional (Morin, 1988; Pujal e García-Dauder, 2010; Crenshaw, 1991) partindo de uma perspectiva Constru-

tivista-Narrativista com Perspectiva de **Gênero (CNPGE)**, **diante das formulações conceituais** mais racionalistas, cognitivistas, essencialistas e cientificistas. A possível incompatibilidade entre ambas as perspectivas será apresentada por meio da revisão de 5 tópicos significativos da intervenção. Tudo isto pressupõe configurar uma perspectiva de interpretação e compreensão que permita reunir, por um lado, as perspectivas das ciências humanas e sociais com as apreciações mais próprias das ciências naturais e objetivas e, por outro, as perspectivas mais individuais com outras mais relacionais e sociais.

a) Reformulação conceitual da violência

A violência contra o cônjuge não é definida da mesma maneira nos diferentes modelos ou enfoques de intervenção. A formulação conceitual dominante, de corte mais individual e descontextualizado, concebe a violência separadamente de seu contexto social, histórico, econômico e político. Exclui da análise as condições estruturais ou sistêmicas, sem considerá-las relacionadas com os valores do patriarcado. Por isso, se submetemos à revisão as abordagens de modelos de intervenção com pressupostos de corte cognitivo-comportamental (enfoque hegemônico), veremos que está implícita em suas bases a ideia de que os indivíduos se comportam de forma violenta porque adquiriram, através de um processo de aprendizagem e socialização, “ideias erradas” sobre a realidade, sobre as mulheres e sobre os homens. Esta explicação, alicerçada principalmente na dimensão individual, prescinde de outras dimensões como a relacional ou sociocultural, reduzindo a violência a “uma ideia errada” ou a uma “falta de controle”, sem considerá-la como práxis inserida numa realidade socialmente construí-

da. Como destacam Pujal e García-Dauser, 2010: *Assumindo a retórica igualitarista generalizada – já somos iguais – fazemos com que a violência seja concebida separadamente das práticas e das relações quotidianas generalizadas que reproduzimos e das quais participamos tanto em interações macro como micro. Torna-se difícil, portanto, estabelecer um fio causal complexo entre as microviolências e manifestações extremas*” (Pujal & García, 2010:10).

Sendo assim, as perspectivas cognitivo-comportamentais, alicerçadas em perspectivas científicas e individuais, consideram a violência como algo exógeno ao sistema social e, portanto, passível de ser definida como algo anômalo ou anormal.

Partindo-se de uma reformulação conceitual dessa forma de compreender a violência, destacamos a importância de abordá-la a partir da ótica das ciências humanas e sociais, com coerência com o sentido das teorias de gênero e sua complexidade e interseccionalidade, próprias do modelo Construtivista-Narrativista com Perspectiva de Gênero (CNPG). Sob tal perspectiva compreenderemos a violência como um fenômeno social complexo que reúne um conjunto de práticas econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais (López, 2003 apud Arensburg, 2011). E é neste sentido que a violência inclui uma série de violências simbólicas e estruturais que constituem e confirmam a ordem social em si mesma, sustentando a chamada “realidade”, que acontece como algo normal e quotidiano. Nos termos de Zizêk (2009)*, corresponderia a uma violência “objetiva”, evidente mas, justamente por tal condição, invisível para os olhos. Entendida desta forma, a violência seria parte constitutiva da própria ordem social, que sustentaria através das suas formas simbólicas e sistêmico-estruturais (Zizêk, 2009). A

incidência desta reformulação conceitual e teórica no âmbito mais prático tornar-se-ia evidente nas perspectivas Construtivistas-Narrativistas com Perspectiva de Gênero (CNPG), que consideram a violência contra o cônjuge como uma práxis que é extensão de um sistema e ordem social patriarcais. Seria apresentada, portanto, como uma práxis contraditória e ambígua, ao ser reprovada em determinados âmbitos e sentidos, como é o caso do âmbito do casal, mas legitimada em outras esferas nas quais é considerada válida ou de êxito, como na economia ou nas relações interpessoais.

Desta forma, em uma estrutura social, política e econômica capitalista, são promovidos determinados valores, receitas ou conclusões sobre a vida (concorrência, imediatismo, consumismo, hedonismo, individualismo etc.), que promovem ações de deslegitimação do outro em pró do êxito próprio. Assim, a violência não é alheia ao sistema social, estando aninhada de forma menos evidente em uma série de micro-práxis que lhe conferem continuidade. Agora, de uma forma mais específica no contexto da intervenção, se a violência é considerada uma práxis que é extensão de um sistema social, político e econômico, seu texto e contexto estariam ao seu redor e no próprio “setting” da violência. Diante disso, o(a) facilitador(a) deverá permanecer atento(a) e vigilante das formas de violência e relações de poder que também se manifestam na intervenção com esses homens, para não reproduzir, assim, as mesmas formas relacionais que se pretende modificar.

E é a partir daí que se rompe a “demonização” da violência e, com isso, a ideia de nós (os bons, normais) em oposição aos outros (os maus, anormais). Isto repositiva a violência como uma práxis em um sistema patriarcal e na ordem social na qual todos estamos imersos,

* Zizêk narra uma história que representa e resume a condição paradoxal que a violência apresenta ao ser tão evidente que se torna invisível. A história refere-se a um trabalhador suspeito de roubar no trabalho e, portanto, todas as tardes em que sai da fábrica, os vigilantes inspecionam cuidadosamente seu carrinho, mas nunca encontram nada. Assim passa-se muito tempo até que, finalmente, descobre-se que o que o trabalhador estava roubando eram os carrinhos!

rompendo-se também com a visão de preto no branco sobre a questão, tão habitual no imaginário coletivo

b) Reformulação conceitual do ser humano e suas possibilidades de mudança:

As formulações conceituais sobre o ser humano defendidas nas perspectivas hegemônicas propõem um sujeito herdado do modernismo, voltado para seu interior, solipsista, representacionista, fundamentalmente cognitivo e determinado por fatores de risco. Um sujeito com tais características é concebido mais como essência do que como processo tratando-se, portanto, de um sujeito que se funda quase que de forma autônoma e individual, e que prescinde dos âmbitos relacionais e socioculturais. Tal formulação conceitual do ser humano implicaria em um sujeito desvinculado da sua própria marca de gênero e posição social. Concebe-se, assim, o ser humano como objeto mais do que como sujeito, recortado, sem contexto nem história, e cuja perspectiva de mundo não é questionada e nem ouvida, permanecendo muda, modificada e controlada através da imposição de regimes de verdade (Foucault, 1992). Portanto, a partir deste ponto de vista, as formas de transformação e mudança consideradas enquadram-se na ideia de “*misconception*” (concepção errônea), própria dos modelos cognitivistas, nos quais não há interesse em compreender o sentido que uma dada práxis poderia adquirir num determinado contexto, para uma pessoa.

Por isso não há interesse em ouvir a narração da vivência em primeira pessoa, e a atenção do(a) facilitador(a) ficará limitada a coletar e objetivar tais discursos sob a perspectiva da terceira pessoa, que prontamente serão julgados como corretos ou incorretos,

para depois serem desmontados ou confrontados. Desta forma, o sentido da intervenção sob este prisma está orientado ao controle, eliminação ou evitação das experiências vividas que não estejam de acordo com os princípios sobre a realidade que o modelo hegemônico considera. Essa condição gera situações paradoxais, como as relatadas por alguns homens, que mesmo sabendo que “não é correto” maltratar seus cônjuges (como se a violência fosse uma mera questão de informação ou conhecimento), assinalam com certa perplexidade não conseguir deixar de sentir vontade de bater em suas mulheres em momentos de discussão, sobrando-lhes como única ferramenta para enfrentar tais estados de experiência o autocontrole ou a repressão (com o clássico contar até 10), como se essa experiência vivida não fizesse parte deles, ou pertencesse a uma segunda personalidade do tipo “*Dr. Jekyll e Mr. Hyde*”.

Desta forma, o sentido da violência para esse sujeito (esses homens) permanece uma vez mais sem ser compreendido, narrado e nem nomeado e, portanto, as possibilidades de uma apropriação real de si mesmo para efetivamente assumir responsabilidades torna-se impossível, de maneira que a vivência fica uma vez mais localizada fora deles e das suas narrativas.

Outro aspecto próprio das intervenções dominantes é a não consideração da individualidade e subjetividade de cada pessoa como algo significativo, considerando-se todos os homens que praticam violência como iguais (cortados pelo mesmo molde) e, apresentando, portanto, intervenções gerais com um método padrão do tipo “tamanho único” para todos os casos e situações, para todos os homens e seus problemas, configurando um sujeito universal próprio da psicologia dominante,

cega para o gênero e insensível para as diferenças interseccionais e complexas. Desta forma, perde-se parte importante da conexão com a vida dos destinatários da intervenção, dirigida a alguém que não é ninguém, impermeável às diferenças sociais e subjetivas de cada indivíduo. Com isso, essas intervenções prototípicas, ao fazerem referência a um sujeito que partilha aspectos gerais, mas que não termina de ser interpretado, dificultam a tarefa de apropriação do si mesmo e de agenciamento da própria responsabilidade pela forma particular de ser e de fazer, sem levar em consideração o entrelaçamento entre a história pessoal do sujeito (que o torna único e particular) e sua práxis de violência.

Por último, o uso de etiquetas essencialistas como “abusador”, que fundem o ser com o fazer, constituem uma redução do sujeito e de todas suas dimensões humanas a um único aspecto que o define e cristaliza, algo que reduz drasticamente as possibilidades de transformação e mudança desses homens.

c) Reformulação conceitual da relação e deslocamento do lugar do(a) facilitador(a)

Esta reformulação conceitual, manifesta mais claramente no âmbito prático, representa certamente uma interconexão entre a epistemologia, a teoria e a prática.

Por isso analisa as consequências da adoção de um ponto de vista epistemológico e paradigmático mais próprio das ciências naturais na interpretação do fenômeno, conjugando-o e contrapondo-o a outro mais próximo das ciências sociais.

Assume-se, desta forma, que as perspectivas hegemônicas formulam suas proposições a partir de uma visão epistemológica objetivista e racionalista, que pressupõe acesso direto à re-

alidade do jeito como ela é e, portanto, sem considerá-la como algo coconstruído nas relações sociais. Assim, o(a) facilitador(a) que se posiciona nessa perspectiva objetivista assume que existe alguém que tem acesso direto à realidade (ele/ela), e outro que não (o usuário). O primeiro é aquele que “faz ver” e corrige as ideias, pensamentos e rol de gênero incorretos ou distorcidos do segundo. Assim, o(a) terapeuta ou facilitador(a) coloca-se num lugar de poder, de sujeito de suposto saber, perigosamente semelhante à mesma forma de relação de poder que se pretende modificar, erigindo a intervenção psicológica como uma ciência autoritária.

Diante deste problema, a proposta Construtivista-Narrativista com Perspectiva de Gênero (CNPG) interessa-se por conhecer a perspectiva do homem, validar e re-conhecer sua experiência e vivência, para facilitar o processo de reapropriação de si mesmo e proporcionar uma forma de existir mais ética e responsável. Isto requer a coconstrução de formas mais empáticas e não de confronto ou coercitivas, mais flexíveis e ajustadas para motivar cada individualidade. Portanto, estas perspectivas contariam com uma aproximação psicoterapêutica sociosubjetiva, mais do que didática ou educativa, que para poder funcionar requer o desenvolvimento e a construção de uma aliança de trabalho com os homens. A respeito disso, três aspectos são relevantes:

O primeiro refere-se ao lugar do(a) facilitador(a) no trabalho com os homens que praticam violência, compreendendo que é complexo, já que exige uma disposição empática com homens que muitas vezes não se mostram dispostos a reconhecer os abusos que cometeram ou negam e minimizam de maneira habitual a violência que exerceram. O desafio para o(a)

facilitador(a) ou terapeuta está em poder se posicionar com uma rejeição clara à violência, e ao mesmo tempo aceitar a pessoa que apresenta o problema e tentar compreender sua experiência e história pessoal e subjetiva. Compreender não significa justificar; o “Leitmotiv” da tarefa interpretativa baseia-se na maior compreensão para explicar melhor (Changeux & Ricoeur, 1999).

Postura moderada, que constitui um “sábio remédio” para a tentação de adotar a postura de superioridade profissional ou moral de “fazê-los ver” ou dizer o que “deveriam pensar” ou “fazer”, e assim reproduzir exatamente as mesmas práticas relacionais baseadas no poder que pretendemos submeter a revisão. Por isso, adotar de maneira constante um lugar ético no que diz respeito à violência e uma perspectiva respeitosa, colaborativa e compreensiva com a experiência pessoal do homem que pratica violência facilitam a coconstrução de uma relação terapêutica equitativa, o envolvimento do usuário, e a mobilização dos processos de mudança (Ponce, 2010; Jenkins, 2009).

O segundo aspecto refere-se à consideração dos tópicos de gênero na intervenção, onde gênero e masculinidade não apenas devem ser utilizados para interpretar teoricamente o problema, mas deverão ser considerados na própria intervenção com os homens que praticam violência e na condição subjetiva do(a) próprio(a) facilitador(a). Isto requer, por uma parte, uma tarefa estratégica na intervenção, já que pressupõe levar em consideração as dificuldades que os próprios homens têm na maneira de praticar suas vidas, na maneira de se relacionar com eles e com os outros, e na maneira de narrar seus pedidos de ajuda. Algumas teorias e estudos sobre as masculinidades indicam que

existe todo um processo de socialização, internalização e sujeição de uma masculinidade tradicional que ensina os homens como devem pensar, sentir e se comportar a respeito da procura de ajuda (Brooks, 1998; Kimmel, 2008; Good & Robertson, 2010). Por isso é frequente que os homens que se apresentam aos serviços de atendimento para homens que praticam violência contra seus cônjuges nunca tenham consultado algum profissional que proporcione ajuda psicoterapêutica, em grande parte devido ao mandamento de que a masculinidade deve ser forte e independente. Com isso, os homens são relutantes à ideia de procurar ajuda ou de recorrer a um profissional que lhes ofereça, por exemplo, apoio psicológico (Brooks, 1998; Good & Robertson, 2010).

No âmbito prático isso representa que, no início da intervenção o(a) facilitador(a) terá que assumir um papel muito mais ativo que o próprio usuário na disposição e relação de ajuda, mais do que esperar que peça ou se responsabilize pela ajuda como ocorre tradicionalmente em outros tipos de psicoterapia.

Por outra parte, ter presente a condição de gênero da própria subjetividade do(a) facilitador(a) exige consciência e uma postura reflexiva da incidência da relação terapêutica com estes homens no gênero e na subjetividade da pessoa terapeuta, já que é na subjetividade da pessoa terapeuta que ocorrem as lutas e resistências com as formas canônicas de fazer e padecer, onde a exposição a relações tóxicas de violência muitas vezes geram “burn out” ou queimam os sujeitos da intervenção. É frequente que nestas relações de ajuda se receba rejeição, confronto ou desconsideração por parte dos homens que praticam violência, já que muitas vezes rejeitarão o posicionamento contra a

violência ou simplesmente rejeitarão determinadas identidades de gênero, mas muitas vezes o(a) facilitador(a) o atribuirá à pessoa, mais do que à relação. Por isso é importante prestar atenção constantemente a essas questões para poder gerenciá-las de tal forma que possibilitem continuamente a reconstrução e reparação da relação terapêutica dotando-a de viabilidade e continuidade (Safran & Muran, 2005). Por outro lado, é fundamental contar sempre com algum tipo de supervisão externa que ajude a reintegrar e reinterpretar continuamente as diferentes mudanças e dificuldades que surgem na relação terapêutica, e que a partir delas a pessoa não se transforme nem em carrasco nem em cúmplice do problema e seus efeitos.

Um terceiro aspecto vinculado aos dois anteriores refere-se ao estabelecimento de um vínculo ou aliança terapêutica, elemento chave na possibilidade de transformação e mudança, já que a construção do espaço ou “base segura” é essencial para explorar e desenvolver a transformação e análise intersubjetivamente (Holmes, 2001).

É a partir da emergência de processos vinculares e de relações de confiança que os processos motivadores e de esperança de mudança e transformação poderão ter lugar. E é nesse contexto que os homens que atendem a algum programa poderão refletir de forma crítica sobre sua própria práxis masculina, sem se sentirem julgados nem ameaçados, podendo ser convidados a transformar tais práticas abusivas (Dutton & Sonkin, 2003). É importante, neste sentido, destacar que as relações são co-construídas através de processos vinculares que, quando canalizados e constituídos como formas de apego seguro, facilitam grandemente a exploração da violência em si e da própria experiência,

situação que requer que o(a) terapeuta permaneça paciente para o desenvolvimento do vínculo e da criação de intimidade, mas representa menos proteção ao não contar com a armadura da “técnica” de intervenção (como é o caso das perspectivas mais educativas ou cognitivistas, que amparadas pelas dinâmicas, técnicas ou manuais criam distância e um vínculo menor entre o terapeuta e o usuário), representando maior exposição (com seus prós e contras) à relação viva, sempre em constante coconstrução, tecida pelo(a) psicoterapeuta e pelo usuário.

d) Reformulação conceitual das noções de gênero e identidade.

As questões de gênero e identidade, estreitamente relacionadas entre si, são transversais a qualquer intervenção e são chaves para a compreensão da violência de gênero no casal. Não obstante, constituem um lugar onde habitualmente são criados diferentes “ismos” (reducionismos, simplismos e cognitivismos) que igualam o gênero com um papel e a identidade com uma cognição. A inclusão dos aspectos relacionais e não reducionistas do gênero e da identidade permite a compreensão de ambos como dispositivos de poder e como unidades resultantes socio-subjetivas, e não apenas como um pensamento, cognição ou papel, que dota de inteligibilidade as dificuldades para a mudança e transformação dessas duas questões nas intervenções.

1. Reformulação conceitual do conceito de gênero: a teoria do gênero é um amplo guarda-chuva teórico que agrupa numerosas apreciações sobre as relações entre homens e mulheres e suas condições de poder. A difusão do conceito de gênero conduziu a um uso generalizado, simples e despolitizado, muitas vezes como curinga retórico

para o posicionamento politicamente correto. Esses usos generalizados representaram a essencialização do conceito, despojando-o de sua condição intrinsecamente relacional e social, o que representou diversas consequências que passamos a enumerar: a) a confusão, simplificação e igualação do sexo com o gênero, que se desenvolve a partir da superposição do sexo concebido como naturalmente dado à atribuição cultural do gênero; b) a excisão entre os estudos sobre mulheres e homens, considerando-os separadamente como estudos de gênero femininos, por um lado, e sobre as masculinidades, por outro, sem interpretá-los como elementos relacionados, esquecendo que os posicionamentos de um repercutem sobre os posicionamentos de força e poder do outro; c) a essencialização das noções de masculinidade e feminilidade, traduzindo-as como verdadeiros papéis para os gêneros, simplificando ou reduzindo a estrutura da qual fazem parte e esquecendo que a estrutura social adquire vida através das vidas dos homens e mulheres que se submetem às suas leis e ordens; d) a consideração do poder como algo externo ao sujeito, esquecendo que o poder também constitui o sujeito – a constituição social do sujeito implica a subjugação a leis e ordens sociais cuja ação é iniciada desde cedo, no próprio núcleo da pessoa; e) a perda da condição de interseccionalidade do gênero que articula diferentes eixos de desigualdade e que, por isso, se organiza de maneira particular e única em cada caso (Pujal, 2006; Pujal & Amigot, 2010; Izquierdo, 2010). Assim, sob as premissas tácitas das perspectivas cognitivistas e individualistas hegemônicas, o gênero foi concebido e incluído mais como capítulo ou unidade de aprendizagem do que como eixo transversal da intervenção, o que polariza e cristaliza as condições de poder

dos homens convertendo-os em inimigos, e não as posições ou efeitos de poder que encarnam, reduzindo assim um conceito amplo que cobre o identitário e o relacional, a um pensamento ou papel que é aprendido e passível de ser ensinado da “maneira correta”.

Portanto, é necessário recuperar a consideração social e relacional da teoria de gênero, pois representa a capacidade de mudança e a transformação efetiva em diferentes níveis (individual, relacional e social). É necessário também saber colocar entre parênteses as interpretações ou traduções reducionistas do gênero principalmente em espaços de intervenção institucionais que o tendem a simplificar e fossilizar por outros interesses (Izquierdo, 2010; Pujal & Amigot, 2010).

2. Reformulação conceitual do conceito de identidade: as formas de compreender a identidade constituem um problema complexo que não é possível tratar em profundidade nesta seção. Não obstante, se a partir da epistemologia construtivista e do marco das ciências sociais consideramos que a identidade é um produto social e histórico, podemos considerá-la a partir de um ângulo que supere as meras considerações intrapsíquicas e solipistas e, ao mesmo tempo, que não recaiam no determinismo social, onde a capacidade de agenciamento do sujeito se perde. Sendo assim, a identidade deverá ser considerada em seu vínculo estreito e em complemento com o gênero, que assume a produção e regulação da identidade mediante relações de poder. A esse respeito, será necessário levar em consideração os seguintes pontos como relevantes: *a) Perspectivas essencialistas:* muitas das perspectivas hegemônicas de intervenção consideram as identidades como entidades essenciais, ou seja, que são o que são

e não mudam porque mantêm sempre suas regularidades. É a partir desse tipo de considerações que se estabelecem as fusões entre ser e fazer, e que promovem a rotulação de tipologias sem considerar outras dimensões humanas que as pessoas possuem e que podem fazer de outra maneira;

b) *Primazia da mediação reflexiva*: nas formas de intervenção dominantes assume-se uma identidade que, por meio da razão ou reflexão (atividade cognitiva), poderá ser controlada evitando-se, assim, situações de violência.

Por meio da reflexão e da razão, adquire-se uma interpretação correta da realidade e, portanto, não serão formuladas concepções errôneas ou distorcidas, podendo-se conferir significado ou “rotular” corretamente os estados de experiência “internos”.

Tal consideração da identidade pessoal impõe a reflexão como meio através do qual a experiência adquire significado e posiciona o pensamento individual interno como lugar onde ocorre a significação, agindo em prejuízo de outros elementos experienciais relevantes para que ocorra a mudança ou a transformação identitária, tais como os afetos e as emoções. Partindo-se da proposta Construtivista-Narrativista com Perspectiva de Gênero (CNPG), reconhece-se que a experiência é significativa por si mesma, já que o que subjaz à experiência imediata é a intencionalidade, que se orienta sempre ao mundo e ao outro, uma vez que o “si mesmo” é um ser-no-mundo, descentralizado de si e aberto aos outros, rompendo assim com as considerações modernas essencialistas e solipistas ainda tão próprias da psicologia;

c) *Determinismo ou impossibilidade de modificar a identidade*: algumas perspectivas hegemônicas que procuram a predileção e o controle do indivíduo apresentam considerações

estatísticas que propõem uma lista de elementos como fatores de risco. Tais concepções da identidade concebem implicitamente identidades fixas, permanentes, focadas nas regularidades, às quais apelam para explicar qualquer ação ou ato que se possa desenvolver, anulando duas condições básicas da identidade: 1) a **descontinuidade** contínua que possui; 2) a **negação** de sua multiplicidade em cada momento. Isso tudo reduz drasticamente a possibilidade de mudança;

d) *Visão interpessoal do ser humano*: as formas de considerar as identidades tanto social como individualmente, muitas vezes constituem descrições científicas, gerais, estatísticas, universais que refletem um “si mesmo” que não é ninguém, deixando de lado a descrição e a compreensão de qualquer tipo de sujeito particular, cumprindo a premissa assinalada por Mounier (em Trujillo, Cabrera & Arciero, 2009) “*quanto mais típico, menos pessoal*”.

Ao contrário, se considerarmos que cada um de nós é, em cada momento, “si mesmo”, é exatamente essa a maneira de ser. O quem da pessoa é a denominada Ipseidade, que se refere à singularidade da pessoa, a seu ser encarnado na sua historicidade (Arciero & Bondolfi, 2009). Esses aspectos devem ser considerados ao tentar compreender a identidade, principalmente se queremos desenvolver intervenções significativas centralizadas nas pessoas (Arciero, 2009) e coerentes com a condição de interseccionalidade do gênero.

NOTAS FINAIS E CONCLUSÕES DE UMA PROPOSTA CONSTRUTIVISTA DE INTERVENÇÃO COM HOMENS

Com base no exposto, parece necessário que as intervenções com homens que praticam violência de gênero no

casal se nutram de uma maior complexidade teórica (sem renunciar à especificidade de sua tarefa) e **reconsiderem** os diferentes tópicos a partir dos quais o problema vem sendo compreendido e interpretado. Tal exercício poderia melhorar as intervenções em sua tarefa transformadora, o que representa, como foi assinalado, vários desafios complexos.

Neste sentido, como proposta interpretativa e de intervenção, são apontadas as seguintes ideias construtivistas:

a) deixar de lado as interpretações parciais que continuam diferenciando e tratando separadamente as dimensões sociais, por um lado, e as pessoas e individuais, por outro, assim como ocorre com as considerações de gênero, que mantém as feminilidades e masculinidades por separado. É necessário ter presente que sem um exercício de integração **real que envolva** compreender as questões centrais do problema como o gênero e a identidade a partir de outras concepções (posturas epistemológicas) diferentes da psicologia hegemônica ou tradicional, será difícil poder melhorar os resultados dessas intervenções;

b) proporcionar formas de intervenção que se ajustem em maior medida a formas compreensivas e empáticas, que rejeitem a violência totalmente, mas que permitam facilitar o envolvimento dos homens que praticam violência de gênero no casal ao não focar apenas no discurso do déficit ou defeito, mas também considerando as fortalezas, capacidades e habilidades positivas que têm como pessoas, capazes de considerar e destacar o potencial especialmente em outros âmbitos da existência, reconhecendo que a luta deve ser travada contra as posições de poder e não contra as pessoas;

c) evitar as formas essencializadoras de nos referirmos à realidade e às

pessoas, animando-nos a considerá-las e interpretá-las em processos contínuos de construção, passíveis de serem transformados em virtuosos e criativos e que, portanto, podem se articular em novas práxis de viver não conformistas com os marcos de sujeição ou mandato;

d) no problema da violência de gênero no casal observam-se padrões e hábitos de existir repetitivos, que podem atingir a condição de norma ou ordem, o que não significa que tais padrões e hábitos sejam inamovíveis. Apesar de a realidade humana estar formada por hábitos, mais do que simples repetições maquinizadas sem sentido esses hábitos constituem-se em verdadeiras oportunidades de mudança, já que por mais que nos esforcemos, duas ações humanas nunca podem ser iguais, sempre mantém uma margem de diferença que pode ser o espaço de resistência para dar início à transformação;

e) romper com os olhares parciais sobre este assunto complexo e procurar ampliar as perspectivas a partir da interdisciplinaridade, mas não a partir da simples troca de informações entre disciplinas, mas de um olhar transdisciplinar que permita a contribuição com uma maior quantidade de ângulos e perspectivas ao interpretar o problema, rompendo assim com as apreciações estreitas sobre as pessoas que praticam violência, e ajudando-as a desenvolver processos de transformação mais profundos, envolventes e significativos;

f) finalmente, prestar especial atenção (aparentemente contrastante) como facilitador(a) com o interesse analítico e rigoroso do cientista capaz de seguir e ler metodicamente as entrelinhas das histórias e seus indícios, além da capacidade da atenção compreensiva, empática e interpretativa do

profissional das ciências sociais, disposto a compreender o que não pode ser facilmente compreendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARCIERO**, G. (2009). *Tras las huellas de sí mismo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- ARCIERO**, G., **BONDOLFI**, G. (2009). Ipseity and Language. In G. Arciero & G. Bondolfi (2009). *Selfhood, Identity and Personality*. Reino Unido: Wiley-Blackwell Publisher.
- ARENSBURG**, S. (2011). *Dispositivo jurídico y tramas de calificación victrimal. Estudio cualitativo: víctimas de delito y ruta procesal penal en Chile*. Tesis Doctoral en psicología social. Departament de psicología social. Universitat Autònoma de Barcelona.
- BABCOCK**, J.C., **GREEN**, Ch, **ROBIE**, Ch. (2004). Does batterers' treatment work? A meta-analytic review of domestic violence treatment. *Clinical Psychology Review* 23, 1023–1053.
- BOTT**, S., **MORRISON**, A., **ELLSBERG**, M. (2005). Preventing and responding to gender-based violence in middle and lowincome countries: a global review and analysis: 3-61. *World Bank Policy Research Working Paper* 3618, Junho.
- BROOKS**, G. (1998). *A new psychotherapy for traditional man*. EUA: Jossey-Bass Press.
- CONNELL**, R. (1995). *Masculinities*. Berkley: University of California Press.
- CREAZZO**, G. (2009). Desarrollar estrategias de intervención para hombres que utilizan violencia contra las mujeres en las relaciones íntimas. In AA.VV., G. Creazzo, L. Bianchi (eds.). (2009). *El desarrollo de estrategias de trabajo con hombres que usa violencia contra las mujeres en sus relaciones íntimas. El caso de los países de Europa del Sur: ¿Por qué y cómo?*. Barcelona: Editorial ITD.
- CRENSHAW**, K.W. (1995). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In Crenshaw *et al.* (eds.). *Critical race theory*. Nova York: New Press. Versão online disponível em <http://www.jstor.org/stable/1229039>.
- CHANGEUX**, J.P., **RICOEUR**, P. (1999). *Lo que nos hace pensar: la naturaleza y la regla*. Barcelona: Península.
- DUTTON**, D., **SONKIN**, D. (2003). *Introduction: Perspectives on the Treatment of Intimate Violence*. In D. Dutton, D. Sonkin (eds.) (2003). *Intimate Violence. Contemporary Treatment Innovations*. Nova York: The Haworth Press, Inc.
- DUTTON**, D. (2003). Theoretical Approaches to the treatment of intimate violence perpetrators. In D. Dutton, D. Sonkin (eds.) (2003). *Intimate violence: contemporary treatment innovations*. Nova York: The Haworth Press, Inc.
- DUTTON**, D., **SONKIN**, D. (2003). Treating Assaultive Men from an Attachment Perspective. In D. Dutton, D. Sonkin (eds.) (2003). *Intimate Violence. Contemporary Treatment Innovations*. Nova York: The Haworth Press, Inc.
- DUTTON**, D., **BODNARCHUK**, M. (2005). Through a psychological lens: personality disorder and spouse assault. In D.R. Loseke, R.J. Gelles, M.M. Cavanaugh (eds.) (2005). *Current Controversies on family violence*. EUA: Sage Publications Inc.
- FOUCAULT**, M. (1992). *Microfísica del poder*. Madrid: Editorial la Piqueta.
- GELDSCHLÄGER**, H., Ginés, O., Ponce A. (2011). Grupo psicoterapêutico

- con hombres que ejercen violencia de género en el ámbito de la pareja. In N. Roca & J. Masip (eds.). *Intervención grupal y violencia sexista: prevención atención y evaluación*. Barcelona: Editorial Herder.
- GOOD, G., ROBERTSON, J.M.** (2010). To accept a pilot? addressing men's ambivalence and altering their expectancies about therapy. *Psychotherapy Theory, Research, Practice, Training*, Vol. 47, (3): 306-315.
- GONDOLF, E.** (2004). Evaluating batterer counseling programs: A difficult task showing some effects and implications. *Aggression and Violent Behavior*, 9; 605-631.
- HOLMES, J.** (2001). *The search for the secure base: attachment theory and psychotherapy*. Grã-Bretanha: Routledge Publisher.
- IZQUIERDO, M.J.** (2010). Las dos caras de la desigualdad entre mujeres y hombres: explotación económica y libidinal. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 117-129. Extraído de <http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/759>.
- JENKINS, A.** (1990). *Invitation to responsibility: the therapeutic engagement of men who are violent and abusive*. Australia: Dulwich Centre Publications.
- JENKINS, A.** (2009). *Becoming ethical: a parallel, political journey with men who have abused*. Reino Unido: Russell House Publishing.
- LEHMANN, P., SIMMONS, C.A.** (2009). The state of batterer intervention programs: An analytical discussion. In P. Lehmann & C.A. Simmons (eds.) (2009). *Strengths-based batterer intervention: a new paradigm in ending family violence*. EUA: Springer Publishing, Inc.
- LOINAZ, I., ORTIZ-TALLO, M., SÁNCHEZ, L.M., FERRAGUT, M.** (2011). Clasificación multiaxial de agresores de pareja en centro penitenciarios. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, v. 11, n. 2, pp: 249-268.
- MEDEROS, F.** (2002). Changing our visions of intervention – the evolution of programs for physically abusive men. In E. Aldarondo & F. Mederos (eds.). *Men who batter: intervention and prevention strategies in a diverse society*. Nova York: Civic Research Institute.
- MORÍN, E.** (1988). *El conocimiento del conocimiento. Tomo III*. Madri: Editorial Cátedra.
- PONCE ANTEZANA, A.** (2010). Subjetividad, masculinidad y violencia: apuntes para una intervención constructiva. In Liévano, M. (2010). *Bifurcaciones de la subjetividad: dispositivos e intervención social*. Monterrey: Universidad Autónoma de Nuevo León (UANL).
- PUJAL LLOMBART, M.** (2006). *vulnerabilidad, sujeción e identidad de género: espacios para la resistencia feminista*. Sinergias invisibles. III Jornada sobre violencia de género y VIH, Madri. 28 de noviembre de 2006: 1-18.
- PUJAL LLOMBART, M., AMIGOT LEACHE, P.** (2010). El binarismo de género como dispositivo de poder social, corporal y subjetivo. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 131-148.
- PUJAL LLOMBART, M., GARCÍA-DAUDER, D.** (2010). Desigualdades de género en “tiempos de igualdad”. Aproximaciones desde dentro y fuera de la/s psicología/s. *Quaderns de Psicologia*, 12 (2), 7-20.
- RÁKIL, M., ISDAL, P., RANGUL, I.** (2009). La violencia es responsabilidad del hombre. El tratamiento de los hombres que usan la violencia contra sus compañeras como medida contra la violencia hacia la pareja íntima. In AA.VV., Creazzo, G., Bianchi, L.

(eds.) (2009). *El desarrollo de estrategias de trabajo con hombres que usa violencia contra las mujeres en sus relaciones íntimas. El caso de los países de Europa del Sur: ¿Por qué y cómo?*. Barcelona: Editorial ITD.

REDONDO, S., ECHEBURÚA, E. (2010). *¿Por qué víctima es femenino y agresor masculino? La violencia contra la pareja y las agresiones sexuales*. Madrid: Editorial Pirámide.

SAFRAN, J., MURAN, Ch. (2005). *La alianza terapéutica: una guía para el tratamiento relacional*. Bilbao: Desclee De Brouwer.

TRUJILLO, D., CABRERA, E., ARCIERO, G. (2009). *Mueren los ismos vuelve la persona. Entrevista a Giampiero Arciero*: 1-37, em www.ipra.it

ZÎZÊK, S. (2009). *Sobre la violência: seis reflexiones marginales*. Barcelona: Paidós.